

Uma breve história da economia iraniana: da dinastia Qajari à República IslâmicaAdnan Abdallah El Sayed¹Ali Ahmad Chams²

Resumo: O presente artigo busca demonstrar a relação entre o desenvolvimento econômico do Irã e as intervenções externas que o país sofreu ao longo de sua história. Os movimentos políticos de reorganização do Estado tendo como objetivo seu desenvolvimento se cruzam com intervenções externas que buscam interferir neste processo em nome de outros interesses que não nacionais. Em uma abordagem histórica da economia persa, o trabalho mostra que a situação iraniana contemporânea (pós revolução de 1979) e seus desafios macroeconômicos, industriais e de comércio com o mundo são reflexos destes mesmos embates de interesses internacionais e nacionais. Desta forma, aborda-se também as atuais políticas adotadas pelo Irã na busca de contornar as sanções impostas ao país.

Abstract: The present article seeks to demonstrate the relation between the economic development in Iran and the foreign interventions that it has suffered throughout its history. The political movements of reorganizing the State with the aim of its development have intersected with foreign interventions that sought to interfere with this process in the name of non-national interests. In a contemporary Persian historic approach, this paper shows that the current Iranian situation (after 1979 Revolution) and its macroeconomic, industrial and commercial challenges with the world are a reflex of these same national and international clashes of interest. Therefore, the article also discusses the current policies adopted by Iran in its effort to circumvent the imposed sanctions on the country.

Introdução

Os persas foram, durante muitos séculos, um vasto império que contribuiu enormemente com a civilização humana³. Vangloriam-se, os iranianos, de sua cultura e do fato de nunca terem sido colonizados por nenhuma força estrangeira. No entanto, a partir da dinastia Qajari (1796-1921) inicia-se um período de infiltração cada vez maior dos interesses externos, em especial pela política econômica de concessão e garantias aos britânicos e russos. Neste contexto, o envolvimento da religião, que está mesclada à cultura iraniana, se expressa cada vez mais nos movimentos nacionais e populares.

¹ Economista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), RS, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5970612377858167>. Email: adnan13_8@hotmail.com.

² Internacionalista pela Faculdades Integradas Rio Branco (FIRB), SP, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3773449485656928>. Email: ali.chams@gmail.com

³ Os iranianos não são árabes, são persas. A civilização persa é uma das mais antigas, se remetendo a 2.000 a.C.

No período seguinte, a dinastia Pahlevi (1921-1979) leva a cabo um modelo de modernização que dá continuidade à presença externa no país. Os interesses econômicos nacionais são ameaçados, o orgulho persa sofre feridas pela subjugação consequência da ingerência externa e a identidade islâmica sofre com um processo de aculturação forçada proveniente deste modelo. Uma mudança parecia tomar forma com a subida do nacionalista Mohamed Mosadeq ao poder como primeiro-ministro em 1951. Contudo, as políticas de nacionalização e industrialização duraram pouquíssimo tempo, pois em 1953 um golpe de estado perpetrado pela CIA, no que se chamou Operação Ajax⁴, destituiu e prendeu o primeiro-ministro, dando poderes absolutos ao monarca Xá⁵ Reza Pahlevi.

A política liberal do Xá de entregar os recursos naturais e modernizar a economia nacional aos moldes do que condicionava as forças externas - em especial aos EUA neste momento - desestruturou qualquer intenção de industrialização nacional e criou condições internas de exclusão social crescente, insatisfação da população, em geral, e dos “industriais locais. Manifestações em todo o país geraram uma situação cada vez mais insustentável ao Xá e em 1979 se consolida o triunfo da Revolução Iraniana, instaurando um novo tipo de regime chamado de “república islâmica”.

Um novo modelo de desenvolvimento em um novo contexto institucional interno e novas limitações externas se instaura no país. As mudanças ideológicas e institucionais parecem trazer novamente esperanças às ideias nacionalistas à economia, colocando a industrialização, a nacionalização dos recursos, o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural no centro de uma estratégia planejada pelo Estado. Ao mesmo tempo que trariam reações adversas vindas de fora, como a guerra Irã-Iraque, que durou quase toda a década de 1980, e as subsequentes sanções econômicas.

Um recente acordo entre o Irã e as “seis potências mundiais” que se faz destaque nas manchetes internacionais, criando uma grande expectativa de relaxamento entre as tensões políticas, abertura do regime iraniano e incremento de comércio entre o Irã e o resto do mundo, em especial os países que estão no centro do sistema. O que está por trás da “ameaça nuclear” pode ser um fator predominantemente econômico, já que o domínio da tecnologia nuclear vem acompanhado por um desenvolvimento científico, educacional,

⁴ Este seria o primeiro golpe militar dentre muitos outros que aconteceriam em um mesmo contexto em todo o mundo, em especial no Oriente Médio e na América Latina.

⁵ Xá é um título persa que equivale a Rei.

produtivo e tecnológico em outros setores do país. Estes avanços fazem do Irã um ator emergente no Oriente Médio - uma potência regional, denominariam alguns - que influencia economicamente e politicamente a correlação de forças da região.

O presente trabalho tem por objetivo central apresentar um panorama político e econômico do Irã pré e pós revolucionário, focando nos desafios nacionais frente a influência do cenário político-econômico internacional. Para entender o novo sistema político que se instaura em 1979 e sua tensa relação com as forças políticas estrangeiras, busca-se entender o histórico desta relação e do desenvolvimento econômico iraniano. Dessa forma, é traçada uma relação entre as restrições externas impostas pelo sistema internacional à capacidade iraniana de determinar sua política econômica e a política doméstica e externa do governo iraniano.

O artigo está organizado em dois capítulos, sendo o primeiro *A Economia Iraniana até 1979*, no qual apresentar-se-á as principais características dos modelos econômicos adotados desde o final do século XVIII até 1979, dividindo-o em dois períodos: *1.1 A dinastia Qajari (1796-1921): entre russos e britânicos*; *1.2 A dinastia Pahlevi e o Modelo de Modernização (1921-1979)*. O segundo capítulo *A economia na República Islâmica do Irã (1979-2016)*, no qual se irá inferir sobre a economia iraniana a partir das mudanças institucionais provenientes da revolução de 1979 até dados da atual conjuntura política e econômica.

1. A Economia Iraniana até 1979

Herdando do Império Persa uma civilização milenar rica nas influências culturais e científicas, o Irã sempre foi palco de disputa e cobiça por sua estratégica posição geográfica⁶ e também por suas riquezas naturais, em especial o petróleo. Era reconhecidamente uma sociedade organizada em termos de estrutura política e leis. Sua cultura ultrapassa os milênios e contribui imensamente com a ciência humana com grandes nomes em destaque na humanidade, como Avicenas (*Ibn Sina*), Ciro (o Grande), Rumi, etc. A religião dominante até o século VIII d.C. era o zoroastrismo, mas com o advento do Islã

⁶ Com uma ampla área de 1.648.000 km² e uma população de mais de 70 milhões de pessoas, está localizado o coração do Oriente Médio ao sudoeste asiático, entre o Iraque ao oeste, o Afeganistão e Paquistão ao leste e banhado pelo Golfo de Omã, Golfo Pérsico e Mar Cáspio, o que permite vantagens militares e comerciais na rota marítima e terrestre de mercadorias e suplementos energéticos.

na península arábica, os persas foram paulatinamente abraçando a nova religião em um processo que cada vez mais foi se integrando à sociedade e ao *status quo* persa. A riqueza cultural frente às tentativas forenses de dominação produziram no povo um efeito de ativismo político capaz de mobilizar lutas nacionais em diversos momentos de sua história.

O Islã traz, para além dos elementos espirituais e morais, ensinamentos e leis políticas e sociais, instigando ainda o desenvolvimento científico, que o torna uma forte “ferramenta” ideológica de dinamismo nas transformações da sociedade. No longo processo de “islamização” dos persas, vale ressaltar o momento de sua história em que a religião se torna formalmente presente nas questões normativas civis, quando a Dinastia Safavita (1502-1722) estabeleceu o Islã Xiita como religião oficial da Pérsia. A identidade islâmica xiita se entrelaça à cultura persa na identidade iraniana e serão fundamentais para entender o caráter das instituições e as mudanças sociais, econômicas e políticas iranianas ao longo do tempo, incluindo as transformações decorrentes da Revolução de 1979.

As duas características, a persa e a islâmica, pareciam se complementar cada vez mais na identidade da Pérsia (atual Irã) e serão fundamentais para entender as instituições e as mudanças sociais, econômicas e políticas iranianas ao longo do tempo, incluindo as transformações decorrentes da Revolução de 1979, as quais serão abordadas neste capítulo. Desta forma, pela parte cultural, o iraniano traz enraizado em si um orgulho de sua trajetória civilizatória milenar que se constituiu sem permitirem, em sua história, jamais ser colonizados por qualquer força estrangeira.

A partir da dinastia Qajari (1796-1921) inicia-se um período de infiltração cada vez maior dos interesses externos, em especial pela política econômica de concessão e garantias aos britânicos e aos russos. No período seguinte, a dinastia Pahlevi seguindo um modelo de modernização dá continuidade, em outros formatos, à presença externa no país, ameaçando os interesses nacionais. O orgulho persa sofre feridas profundas por um tipo de subjugação cada vez maior como consequência da ingerência externa e a identidade islâmica sofre com um processo de aculturação forçada proveniente deste modelo. Neste contexto, o envolvimento da religião se expressa cada vez mais nos movimentos populares e desenha-se um esboço para entender uma série de eventos que culmina na Revolução Iraniana de 1979, caracterizada como Revolução Islâmica.

Pretende-se apresentar neste capítulo, respectivamente, as características econômicas da dinastia Qajari, o modelo econômico adotado na dinastia Pahlevi e as demandas nacionais de um novo paradigma presentes na Revolução de 1979, o que nos ajudará a entender as mudanças institucionais e o rumo político, social e econômico pós-revolução.

1.1. A dinastia Qajari (1796-1921): entre russos e britânicos

O Estado Persa sob a direção da família Qajari, que assume em 1796, se encontrava extremamente enfraquecido no início do século XIX, principalmente pelas seguidas derrotas nas quatro guerras Perso-Russas de 1722 até 1828. No cenário internacional, se despontava a Revolução Industrial, transformando a forma e a escala de produção de bens, implicando em mudanças nas relações de propriedade, trabalho e na correlação de forças internacionais, colocando a Grã-Bretanha como uma potência mundial e precursora do que seria chamado de modo de produção capitalista.

Esse era o pano de fundo que explica as condições “favoráveis” para uma política de concessões e privilégios concedidos pela dinastia Qajari aos britânicos e aos russos na segunda metade do século XIX. Inicia-se um período de infiltração desses dois países na economia e na política interna persa e um processo que traria uma dependência cada vez maior do sistema econômico mundial. Para entender melhor o jogo de poder entre os russos e ingleses no Irã e sua implicação para a economia local e os movimentos nacionais de oposição, vejamos o formato e o contexto de cada uma das principais concessões.

Em 1872, a empresa britânica Reuter recebe uma concessão para construir uma ferrovia que iria do Mar Cáspio até o Golfo Pérsico passando por Teerã. Os termos do contrato daria amplos poderes para a empresa em todas as terras necessárias para execução do projeto e exclusividade na exploração dos recursos naturais pelos seguintes 70 anos (Kazemzadeh 1968, p.108 apud PESARAN 2011, p.22), além do monopólio do direito a construir vagões. Várias manifestações envolvendo diversos grupos sociais se opuseram às concessões, o que, somado às pressões russas, resultaram no cancelamento do acordo em 1873. Em contrapartida às políticas do Xá, foi formada, em 1882-83, a Sociedade dos

Representantes Mercantis com status político legal, com o objetivo de proteger o comércio e a indústria doméstica e combater a dominação estrangeira.

O Banco Imperial da Pérsia foi fundado pelos britânicos em 1889, uma concessão do *Xá*, estabelecendo uma severa indenização pelo cancelamento do mesmo. O Banco possuía o monopólio na emissão de notas, causando ressentimento entre os mercadores e agiotas locais, além da insatisfação dos russos. Para agradar o outro lado, foi concedido aos russos a permissão para atividades bancárias em 1890, no mesmo ano em que a empresa britânica Talbot têm garantido o monopólio total para a venda, produção e exportação de tabaco. (PESARAN, 2011)

A concessão para a extração e comercialização do tabaco gerou enormes protestos, o que ficou conhecido como a Revolta do Tabaco. O clero (os líderes religiosos chamados de *ulama's*) foram pressionados a se posicionar, até que, por fim, emitem uma fátua (decreto religioso que impõe uma regra a todos os seguidores) determinando o boicote ao tabaco e o repúdio integral à concessão. Alcançou-se um resultado positivo, pois em 1892 foi cancelado a concessão, no entanto, uma enorme indenização foi paga à empresa Talbot. Para Moaddel (1992), o sucesso do papel da religião nos movimentos do final do século XIX abriram precedente que justificaria subseqüentes intervenções dos preceitos xiitas na política.

After extensive discussions, the ulama of Isfahan realized that the best way to resolve the issue was to forbid all the Muslims from the consumption of tobacco, hence totally halting the tobacco trade. Evidently, if there was no buyer for the commodity, there would be no seller either. Moreover, the government could not intervene under the pretext of maintaining order because this tactic would cause no disorder and chaos in the affairs of the country. (Karbala'í 1361/1982, p.45 apud Moaddel 1992, p.462)

Apesar das manifestações e dos seguidos cancelamentos de muitas concessões, a política de concessões a interesses estrangeiros persistiu. Desta forma, a economia do país estava crescentemente mergulhada na dependência do sistema capitalista global e a perda da proteção governamental aos mercadores, produtores e agricultores locais provocava um ressentimento crescente em relação às mudanças do rumo econômico, ao governo e potências externas.

No início do século XX houve uma grande busca por petróleo no mundo para suprir a demanda crescente por conta do desenvolvimento capitalista. Assim, em 1901 a empresa

D'Árcy recebeu exclusividade para exploração e extração de petróleo na maior parte do território iraniano e no período entre 1908 e 1959 se inicia a produção em quantidades significativas (MUHADDES; PESARAN, 2014). Entretanto, pelos termos dos acordos, a parte iraniana dos dividendos do lucro e impostos provenientes das exportações eram extremamente diminutos e limitados⁷.

O sentimento nacionalista crescia, resultando na Revolução Constitucional de 1905, a qual instaurou, no ano seguinte, uma assembleia consultiva nacional, tendo poder de revogar decisões legislativas no regime iraniano⁸. Em 1911, os iranianos convidam um jovem especialista norte-americano, Morgan Shuster, funcionário do Departamento de Estado norte americano, com o objetivo de criar um sistema de cobrança de impostos para ajudar na reorganização das finanças do país, o que faz aumentar a preocupação russa por perder espaço econômico e influência no país persa, levando-os a invadir militarmente. Isso levou à expulsão do americano e a pressão para acabar com a Revolução Constitucional. A ação russa demonstra a intervenção externa direta para minar e frear movimentos de reformas extremamente necessários para o desenvolvimento do país. Ainda abafada e fortemente repreendida, a participação do nacionalismo e das ideias de libertação não desapareceriam no cenário político e do sentimento generalizado dos iranianos.

Os russos permaneciam em terras no norte do Irã e o sul estava dominado pelos britânicos, ambos pressionando por maiores concessões e privilégios. Em 1919, após o triunfo da Revolução Soviética na Rússia e o fim da Primeira Guerra Mundial, os britânicos tomam uma postura ofensiva e introduzem o Acordo Anglo-Persa que lhes dava amplos poderes para controlar os assuntos internos iranianos de ordem militar e financeiro. Os atores internacionais, seguindo seus interesses, se opuseram a atitude britânica. Somava-se os movimentos nacionais contra o acordo e a consequência foi um golpe de Estado em 1921 que finalizaria a era Qajari e colocaria a família Pahlevi para protagonizar uma nova

⁷ Na descoberta de petróleo em 1908 pela D'Árcy, foi estabelecido a Companhia de Petróleo Anglo-Persa, através da qual o governo britânico ficaria como maior beneficiário e o Irã como menores benefícios proveniente de taxas, rendimento e royalties.

⁸ Segundo Coggiola (2008, p.26), duas importantes revoltas que uniram politicamente clérigos muçulmanos, comerciantes e lideranças laicas se destacam entre os séculos XIX e XX: a "Revolta do Tabaco" (1890-1892) que marca "o começo do fim da subserviência do povo ao absolutismo" e a "Revolução Constitucionalista" que se inicia em 1905 com a ampla participação popular e triunfa em 1906 obrigando o Xá a assinar reformas constitucionais.

era em conformidade com novos interesses mundiais no jogo de influências. Inicia-se a Dinastia Pahlevi.

1.1 A dinastia Pahlevi e o Modelo de Modernização (1921-1979)

Reza Pahlevi assume como Xá em 1921, quando inicia seus propósitos modernizantes da economia iraniana com o objetivo de modernizar a sociedade e as atividades econômicas nacionais. Entretanto, deveria agradar os agentes externos que já estavam enraizados na economia local, em especial os britânicos - que conseguiram preservar grande parte de sua influência mesmo depois da queda dos Qajari's - e, posteriormente, os Estados Unidos da América.

O novo Xá pretendia conservar certa autonomia, exemplificado em iniciativas como a criação, em 1928, do Banco Nacional do Irã que tomaria o lugar do Banco Imperial da Pérsia e no cancelamento, em 1932, das concessões da D'Arcy no intento de reaver o acordo que dava ao Irã uma porcentagem ínfima dos recursos explorados. Entretanto, os britânicos não permitiram grandes mudanças e reafirmaram seus ganhos em um novo acordo que aumentaria somente de 16 a 20% a parte iraniana e estenderia para 32 anos a concessão britânica (PESARAN, 2011), fazendo com que o crescimento vertiginoso da exportação do petróleo pouco tivesse impacto na economia doméstica.

Xá Reza Pahlevi introduziu o conceito de centralização do planejamento econômico e sua estratégia de consolidação no poder passava pelo fortalecimento de três áreas de apoio: militar, burocracia governamental e um círculo próximo de influência. Sua concepção de modernização passava por uma substituição dos valores religiosos para o que ele considerava “normas e valores do século XX” (TIMES, 2015). Desta forma, executou ousadas reformas modernizantes em seu período (Banani 1961 apud PASARAN 2011), que teriam impacto em diversos setores como comunicação, sistema educacional, ampliação e modernização das estradas de ferro, etc.

O avanço das estruturas também trouxe consequências negativas, principalmente relacionadas à mobilidade demográfica, já que no início dos anos 1920, eram reduzidas as plantas industriais no Irã e a população era esmagadoramente rural e o transporte era precário - com exceção à indústria petroleira que, mesmo em seu estágio primitivo, produzia um mercado local diferenciado nos arredores em que se instalava. Assim, com a

modernização ocorre um êxodo rural que, somada à falta de atenção do governo com o desenvolvimento no campo, acaba criando uma alta taxa de desemprego urbano e comunidades agrícolas cada vez mais isoladas, estagnadas e distantes dos centros desenvolvidos.

Entre os anos 1926 e 1941, a força de trabalho na indústria petrolífera iraniana cresceu de 20,000 para 31,000, uma efeito do rápido crescimento proveniente do petróleo que acabava por criar uma nova classe de empregados urbanos, a qual assimilava um novo estilo de vida, cultura e costumes influenciados por um ambiente modernizante e novo sistema educacional. O gasto com a modernização do exército, das plantas industriais e das instituições de ensino superior aumentou em 1,800% durante o reinado de Reza (1921-1941). (TIMES, 2015)

As mudanças modernizantes criaram uma gama de excluídos e os “revolucionários” nacionalistas, que almejavam um Irã independente, viam os ganhos marginais da renegociação do Xá com as empresas petrolíferas estrangeiras como insuficientes. Nestas condições, não conseguindo agradar de forma ampla os interesses externos (pelas tentativas de renegociação) e nem as forças políticas nacionalistas internas, foi removido de seu trono pelos Aliados após a Segunda Guerra Mundial, em 1941, pela justificativa de que era simpático à Alemanha Nazista. Seu filho, Mohamad Pahlevi assumiu seu lugar, um jovem inexperiente politicamente e militarmente que satisfaria a presença estrangeira no país.

Ainda que de forma associada às empresas estrangeiras, Xá Mohammad Pahlevi reconhecia que uma das necessidades econômicas mais importantes do país era superar a dependência em relação ao petróleo. Assim, em 1948 lança seu Primeiro Plano de Desenvolvimento no qual consistia basicamente na aceleração da industrialização de bens de capital, produção de larga escala, diversificação dos produtos via substituição de importações e incentivo o setor privado, além de expansão da infraestrutura do país. As metas e objetivos estabelecidos, não foram alcançados (TIMES, 2015, p.2), ou seja, a demanda de produtos de alto valor agregado continuou sendo suprida via importação, demanda esta criada por um processo implícito na modernização, um “[...] processo de adoção de padrões de consumo sofisticados [...] sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos.” (FURTADO, 1974, p.81).

No campo político, nacionalistas viam uma oportunidade para ganharem mais espaço e reivindicarem revisão dos acordos petrolíferos frente a um Xá fraco e inexperiente, abrindo ainda a consigna da luta pela nacionalização da indústria de petróleo no Irã. Neste contexto, emerge um líder nacionalista da Frente Nacional, Mohamad Mosadeq, que consegue aprovar no parlamento lei em 1951 para nacionalizar o petróleo. A lei inclusive foi assinada pelo Xá e comemorada como uma grande vitória por toda a nação. No entanto, em 1953, o serviço de inteligência estadunidense em cooperação com o serviço de inteligência britânico executaram um golpe de Estado, removendo Mosadeq de seu posto de primeiro-ministro e dando amplos e absolutos poderes ao monarca Xá Mohamad Pahlevi.

Inicia-se um período cada vez mais contraditório que influenciariam os futuros eventos conturbados da história iraniana, estando, de um lado, o Xá com sua política amistosa e aliada aos EUA e um aparato repressivo cada vez mais contundente e, de outro, movimentos nacionalistas que envolviam estudantes, mercadores, agricultores, clero, intelectuais, etc. As contradições se agravam e mesmo parte dos que antes admitiam como positiva a aliança com as forças estrangeiras discordando somente dos termos dos acordos, passam a proferir discursos abertamente “anti-Ocidente”.

Em 1955, lança o Segundo Plano de Desenvolvimento, focado em gastos no público e um programa de investimento a ser financiado por fundos estrangeiros e por 80% dos rendimentos do petróleo (TIMES, 2015). O país presenciou construção de diversas represas e um significativo investimento privado até o início da crise econômica de 1959, quando a inflação já estava a níveis insustentáveis e outros problemas estruturais começaram a vir à tona, como a alta concentração de terras, exagerada burocracia, alta taxa regressiva.

Na década de 1960 um novo plano que se concentraria na industrialização em quatro objetivos centrais: desenvolvimento de grandes indústrias de bens de capital, com tecnologias de última geração; o emprego de administradores, técnicos e conselheiros industriais estrangeiros para guiar o complexo industrial; encorajamento e incentivo ao lucro das grandes indústrias; e, controle do nível salarial, realocando a poupança dos trabalhadores para o investimento na indústria (TIMES, 2015). Isso permitiu que uma elite iraniana ascendesse rapidamente no mercado de trabalho especializado, junto aos contratados estrangeiros, e nas oportunidades de educação avançada, enquanto a maioria da

população e a classe média em geral não desfrutavam deste modelo de modernização e industrialização.

A década de 1970 se inicia com reformas sociais em meio a circunstâncias externas favoráveis e um contexto interno de crescente insatisfação. Internacionalmente presenciava-se o choque do petróleo com o boom nos preços entre 1973-1974, que, somados a maior produção⁹, garantia extra rendimentos ao regime do Xá e a suas reformas. Os três gráficos seguintes evidenciam esta situação, na década de 1970, de aumento de produção de petróleo no Irã (figura 1.1), da porcentagem do rendimento do petróleo usado para os gastos do governo (figura 1.2), da porcentagem da exportação do petróleo em relação ao total de exportação (figura 1.3) e dos preços internacionais do petróleo (figura 1.3)¹⁰.

⁹ Contribuída pela criação da OPEP na década de 1960.

¹⁰ Os gráficos das figuras 1.1, 1.2 e 1.3 foram retirados de MUHADDES & PESARAN, 2014, p.18-20.

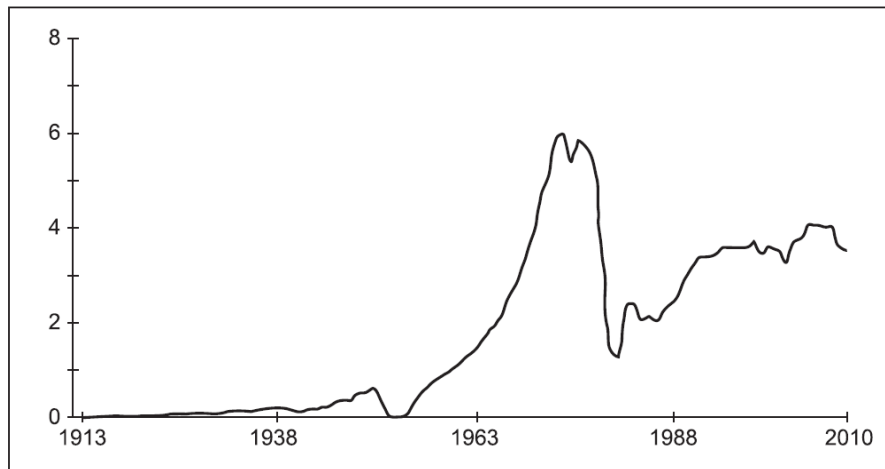


Figure 1.1 Oil production (in millions of barrels per day), 1913–2010.

Source: OPEC Annual Statistical Bulletin.

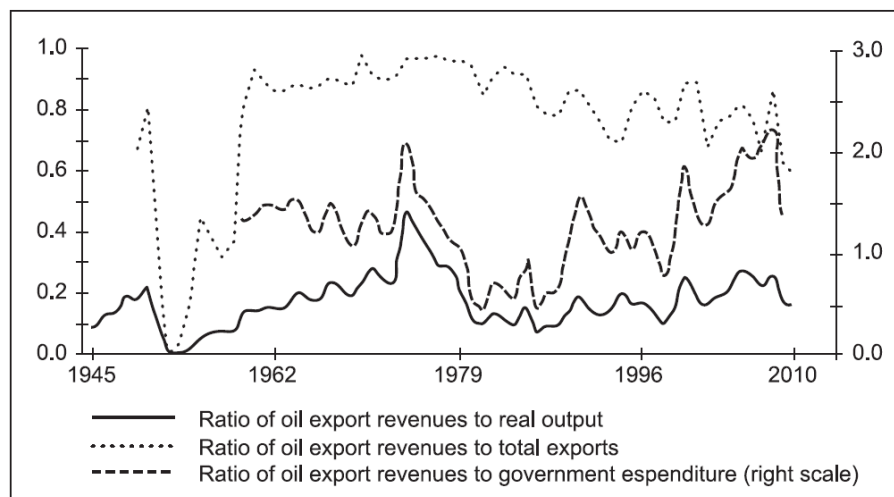


Figure 1.2 Ratios of oil export revenues to real output, total exports, and government expenditure, 1945–2010.

Source: IMF International Financial Statistics, OPEC Annual Statistical Bulletin, and Esfahani and Pesaran (2009).

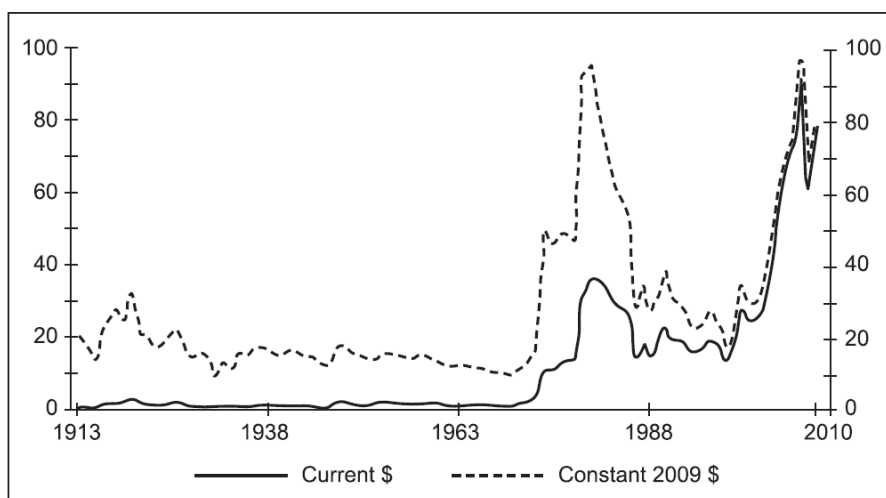


Figure 1.3 International price of oil per barrel, 1913–2010.

Source: British Petroleum Statistical Review of World Energy.

Internamente uma crescente parcela da população urbana desempregada, ou com salários baixos, causado pelo êxodo rural¹¹, uma classe média que não se beneficiava dos dividendos do boom do petróleo e uma população rural isolada e sentindo as consequências da expansão latifundiária. As reformas sociais da década de 1970, que incluíam um programa de habitação e uma reforma agrária, foram chamadas de Revolução Branca, pois tinha o intuito de, além da continuidade da modernização, estabilizar as contradições político-econômicas e neutralizar o movimento político de oposição. No entanto, o movimento de oposição já ganhava força na figura de Khomeini.

No período entre 1953 e 1979, a política do Xá Mohamad Pahlevi fez avançar a dependência econômica ao estrangeiro e aumentar a ingerência externa no país - a partir de um golpe de estado que por si simbolizava esta ingerência -, fazendo com que a esperança do povo fosse cada vez mais redirecionada para “as ideias que combinariam o viés islâmico de justiça social à onda terceiro-mundista focada na economia nacionalista, na liberdade e - independência” (PASARAN, 2011, p.26-2).

1.2 A economia na República Islâmica do Irã (1979-2016)

¹¹ Entre 1966 e 1976 a população urbana cresceu 6 vezes mais que a população rural. A população rural passava de 68,6% em 1956 para 62% em 1966 e 53% em 1976 (HAKIMIAN, 2008)

A grande contradição do período revolucionário é que o país passava por um período de alto crescimento nas décadas de 1960 e 1970, em taxas comparadas aos atuais índices de emergentes como China e Índia. A política amigável em relação ao mercado e a liberalização econômica geraram grande crescimento. Mas as consignas revolucionárias estavam focadas em outros dois pilares fundamentais: justiça social e independência econômica. O grande desafio, portanto, era fazer do Irã uma grande nação fortalecendo a distribuição de oportunidades e suas capacidades internas de desenvolvimento sem a ingerência externa.

O clima de debate sobre os rumos da política econômica era intenso logo após o triunfo da revolução em 1979, distintas propostas formavam um embate de ideias num ambiente de mudança institucional radical que se somava a uma exaustiva guerra que duraria quase uma década, a Guerra Irã-Iraque (1980-1989). Uma guerra imposta ao país que viria a destruir instalações petrolíferas, justamente no momento conturbado da história iraniana que deveria ser um período de reorganização das forças produtivas internas e da implementação de um projeto nacional a partir de novas instituições que se formavam, ou seja, nos primeiros instantes após a revolução de 1979. Após o término da guerra, sanções econômicas são impostas ao país, a partir da década de 1990, recriando as características propícias para limitações ao mercado internacional e desconfiança de investidores estrangeiros. Tais complicadores impostos ao Irã são facilmente entendidos na medida em que “a revolução de 1979 derrubou uma das mais estáveis e duradoras monarquias do Oriente Médio e da região do Norte da África (MENA), apoiada pelas forças externas e com um moderno e extenso exército” (HAKIMIAN, 2014, p.2).

O Irã testemunha, a partir de 1979, um acelerado processo de mudanças político-institucionais e socioeconômicas. O período pós-revolução herdou um país com altas taxas de crescimento per capita e uma indústria moderna, no entanto, um crescimento que não beneficiou socialmente a maioria da população e um processo industrial que estava limitado ao poder tecnológico das empresas estrangeiras. Neste contexto, a revolução não foi efeito de uma crise econômica, mas um levante contra o autoritarismo, a corrupção, a falta de desenvolvimento social e a dependência político-econômica em relação aos países estrangeiros, em especial aos EUA e sua ingerência a partir do golpe de 1953. Khomeini, o líder revolucionário das massas, denunciava os abusos do Xá Mohammad Pahlevi e

proclamava que a revolução não seria nem socialista e nem capitalista, “nem ao Oriente e nem ao Ocidente, Revolução Islâmica” (TV, 2007). Isso significava, levando em conta a conjuntura internacional da Guerra Fria, que não estava alinhado nem a União Soviética e nem aos Estados Unidos, nem à ideologia capitalista e nem à ideologia comunista, mas à ideologia islâmica. No entanto, o que seria um sistema islâmico, quais seriam suas instituições políticas e quais as consequências socioeconômicas?

Khomeini elaborou sua tese de sistema islâmico, enquanto esteve no exílio, chamado por ele de *Wilayat El Faqih* (Protetorado da Jurisprudência). Este seria uma mistura de democracia (parlamento, prefeitos, governantes, presidentes eleitos pelo sufrágio universal) e de uma assembleia de especialistas (os quais deveriam também ter aprovação popular, mas acima de tudo serem estudiosos dos vários ramos do conhecimento e do Islã político e social). Estes dois poderes paralelos faria com que houvesse um equilíbrio de poder e que os princípios da revolução fossem preservados e seus objetivos seguidos em um caminho progressivo e dinâmico pela proteção da assembleia de especialistas.

Em termos filosóficos, as bases da economia islâmica se contrapõem ao capitalismo e ao socialismo. Na perspectiva islâmica¹² o capitalismo e o socialismo consideram a satisfação material como sinônimo de felicidade humana e social, sendo que para o primeiro a felicidade viria através da satisfação material do indivíduo, enquanto que para o segundo viria através da satisfação material do coletivo. Em termos econômicos, o capitalismo condena o método de estatização nos países socialistas, enquanto o marxismo aponta que o problema está na propriedade privada, a qual deve ser extinta através da luta de classe e a ascensão do proletariado ao poder para construir o comunismo.

Segundo Mohammad Baqer Assadr, o problema não estaria nem na propriedade privada e nem na estatização da economia, nem na liberdade individual e nem na construção do coletivo, mas estaria relacionada a uma questão filosófica mais profunda, na forma materialista de pensar o mundo. A tendência materialista de ambos os sistemas afastou o pensamento espiritual e por consequência a espiritualidade política que visa a felicidade do ser humano na terra e na próxima vida, felicidade que deve ser acompanhada de um sistema em que a paz e a justiça sejam prerrogativas e que as necessidades da alma devem ser preservadas e seu desenvolvimento alcançado junto com o desenvolvimento das

¹² Ler os livros “Nossa Economia” (*Iqtisaduna*) e “Nossa Filosofia” (*Falsafatuna*), ambos de Assadr.

condições materiais. A negação espiritual e o reducionismo materialista significou o afastamento da moral, da elevação da alma e dos ensinamentos de todas as mensagens enviadas por Deus à humanidade através dos profetas e mensageiros. Essa limitação ao aspecto benéfico da vida material deu origem a um pensamento desprovido de moral, uma ideologia responsável por grande parte das catástrofes mundiais promovidas em nome do capitalismo e pelo socialismo.

Desta forma, “a moralidade foi retirada do cenário” (ASSADR, 2012, p.49;51) e a ausência de moral provocou as circunstâncias em que as relações entre os indivíduos estão institucionalizadas em um ambiente que propicia os males humanos. Este ambiente pode ser chamado de estruturas, as quais foram chamadas de “pecado social” por Boff.

Pecado social, seria então um mal humano que adquiriu uma existência anterior à consciência dos indivíduos e impõe-se a ela. É exatamente a isso que aludimos quando falamos de “estruturas de pecado”. As estruturas não são coisas, mas um modo de relação entre as coisas. Tais modos de relação se deixam perceber principalmente pelos hábitos sociais, como por ex. preconceitos raciais, religiosos, políticos, ideológicos etc.; nas leis, que legitimam práticas sociais perversas, como por ex. a escravidão, o poder arbitrário, etc. (BOFF, 1978, p.174).

Para além da ideologia ou dos princípios que nortearam a revolução, a história iraniana demonstra uma estreita relação entre o desenvolvimento econômico e intervenção externa. A Revolução Islâmica no Irã não foi diferente. O evento estabeleceu um novo discurso político e econômico durante a Guerra Irã-Iraque e nos bloqueios impostos pelas grandes potências mundiais ao país.

No plano doméstico, os primeiros anos da revolução foram de debates em relação a dois temas centrais: o plano de desenvolvimento econômico e as implicações práticas de um sistema baseado no sistema e os princípios islâmicos. Sobre o rumo econômico, diversas pautas estavam em debate, um deles era qual deveria ser a prioridade entre a justiça social ou o desenvolvimento das forças produtivas. Em outras palavras, de um lado se considerava a necessidade de diversificar a estrutura produtiva para reduzir a dependência em relação aos recursos naturais, em especial o petróleo, de outro lado as consignas primeiras da revolução era de justiça social, ou seja, diminuir as brechas de inclusão social, educação, etc. Outra pauta era sobre a abertura ao capital externo, que se via necessário, versus independência econômica e as desconfianças em relação ao

“Ocidente” construídas pela experiência passada. Somados ao fator da guerra que atrasou o avanço industrial e aumentou tanto as desconfianças internas em relação ao Ocidente (por este ter apoiado o Iraque) quanto o receio do capital estrangeiro para investir em um país instabilizado, o que se propôs entre 1979 e 1988 foi dar prioridade à justiça social – além do aumento nos gastos militares durante a guerra – e restringir a entrada de capital.

Com o triunfo da Revolução, em meio ao debate que buscava formalizar os pilares fundamentais (econômicos, sociais e políticos) do novo regime, Khomeini toma as primeiras medidas que sinalizam as perspectivas nacionalistas e islâmicas, declarando o direito à propriedade privada e, simultaneamente, para salvaguardar a soberania sobre a riqueza e o potencial econômico iraniano, nacionalizou os bancos, as indústrias de larga escala e recursos naturais estratégicos como o petróleo, deixando outros setores em cargo da iniciativa privada ou à parcerias entre Estado e setor privado. Eis alguns artigos da nova constituição que se referem ao tema:

Article 44 assigns ownership of all large-scale and “mother industries” to the state sector. By contrast, the private sector’ a role that “supplements” the economic activities of “the state and cooperative sectors.”

Article 81 prohibits the establishment of foreign companies or organizations in most key sectors of commerce, industry, agriculture, mining, and services. Article 82 forbids the employment of “foreign experts except in cases of necessity” and only then subject to parliamentary approval. Likewise, Article 83 prohibits the transfer of property to foreigners without such approval. Article 153 prohibits the conclusion of agreements that would result in foreign control of natural resources, economic resources, military affairs, culture, and others. (HAKIMIAN, 2008, p.25-26),

Ainda que, entre 1979 e 1988, não houve uma plano econômico claro e objetivos, com metas e instrumentos de execução, uma série de políticas foram adotadas que visavam diminuir a desigualdade - como investimento nas áreas rurais, em educação - e estabilizar a economia, como taxas de câmbio múltiplos, controle de preços em diversos setores pelo Estado e subsídio às commodities (Hakimian & Karshenas, 2007 apud HAKIMIAN, 2008 p. 13). Como veremos adiante, o cenário muda completamente com o final da guerra e em 1989 lança-se o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento que colherá altas taxas de crescimento nos anos seguintes.

No Plano externo, a guerra Irã-Iraque - que durou quase dez anos - destruiu instalações petrolíferas e causou diversos danos à nação, incluindo um desgaste político, mortes, destruição em massa e fuga de cérebros do país. A contração do setor petrolífero

passou de 5.8 milhões de barris ao dia em 1970 para 1,4 milhões já no início da guerra em 1981. A proporção do setor petrolífero no PIB era de 25% na metade dos anos 70 e passou a 5% em 1981 (World Bank, 2003, Chapter 1:3 apud HAKIMIAN 2008 p.13). O colapso no preço internacional do petróleo em 1986 faz piorar a situação, fazendo a economia iraniana encolher nos seguintes 3 anos e trabalhar com déficit fiscal para sustentar os gastos sociais e militares.

As it turned out, the invasion of Iran by Iraq in 1980 reduced oil production and refining capacity significantly. Technical difficulties and the start of the war with Iraq made the initial cut in production inspired by revolutionary ideals a permanent feature and production did not reach the post-revolution target of 4 million barrels per day until much later in 2003. (MOHADDES; PESARAN; p.21)

O final de um período de exaustivos problemas econômicos e uma guerra que deixou o país destruído, deixou uma grande oportunidade para testar o poder criativo e construtivo do novo sistema. Inicia-se então um período de reconstrução e reformas, cujo planejamento está sintetizado no Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento. O plano estava baseado em uma visão pragmática de liberalização econômica gradual (HAKIMIAN, 2008, p.15).

O Plano teve sucesso em muitos sentidos, como aceleração do crescimento que chegou a taxas anuais de 12-14 % em 1990 e 1991. Mas as altas taxas de crescimentos se mostraram insustentáveis a longo prazo, onde a taxa crescimento foi de 4% e 1,5% respectivamente. A explicação para isso estava na baixa eficiência produtiva, ou seja, os setores industriais e toda a cadeia produtiva não foram impulsionados e não tiveram centralidade no Primeiro Plano de Desenvolvimento, o que fica evidente no aumento dos rendimentos do setor petrolífero¹³.

Newly elected President Akbar Hashemi Rafsanjani sought to rebuild a country battered by a decade of revolution and a war with approximately \$1 trillion in direct and indirect costs. Rafsanjani advocated a fundamental reorientation and liberalization of Iran's economy, along with efforts to reverse Iran's international isolation. Rafsanjani's agenda included: Infrastructure development; Privatization of state enterprises; Foreign exchange liberalization; Establishment of freetrade zones; and Elimination of subsidies and price controls.

To accomplish this ambitious program, he sought to utilize foreign lending as well as efforts to attract private domestic and foreign investment [...] (MALONEY, 2015, p.2)

¹³ “foreign Exchange revenues from oil sales almost doubled between 1988 and 1990: rising from \$9.7 billion to about \$18 billion [...]” (HAKIMIAN, 2008, p.16).

Depois de um período de retorno do crescimento e relativa estabilidade econômica, o Segundo Plano Quinquenal (1994-99) testemunhou uma contração da economia em meio a uma crise da dívida externa, a qual teve seu auge entre 1993 e 94.

Reconstruction was initially strong. Postwar investment and relaxation of government restrictions helped generate robust growth in gross domestic product, government revenues and employment. The progress ran aground, however, as a result of policy miscalculations and political tensions. Massive increases in government spending and private consumption fanned inflation, prompting riots in a number of Iranian cities throughout this period. Iran's private sector proved hesitant to invest. Foreign partners also remained deterred by political uncertainty and, after 1995, intensified U.S. sanctions.

Meanwhile, soft oil prices from 1992 onward prompted a debilitating debt and currency crisis. Rafsanjani responded by rescheduling some external debt, reinstating foreign exchange restrictions and shelving infrastructure plans, as well as any move to rationalize subsidies. (MALONEY, 2015, p.3)

Esta oscilação macroeconômica evidenciada por períodos intercalados de bom e mal desempenho evidenciava uma necessidade de reformas estruturais. Apenas a estabilidade dos preços e o crescimento não necessariamente significariam um período sustentável e consistente de crescimento e estabilidade de longo prazo. A visão do governo que tomaria posse nas seguintes eleições indicava uma perspicácia no que tange a percepção desta necessidade reformista.

Em 1999, Khatami assume a presidência trazendo esperanças reformistas. De fato, o Terceiro Plano Quinquenal (2000-2004) promoveu importantes reformas estruturais que foram executadas de forma gradual, além de retomar relativa estabilidade econômica. O colapso internacional do preço do petróleo entre 1997-99 e a alta expectativa da população que votou em massa na candidatura de Khatami foram fatores negativos para seu primeiro ano de governo. As ideias de reformas estruturais que visavam a eficiência na produtividade estavam também carregadas de um discurso de crescimento e justiça social, o que aumentava ainda mais a esperança popular por resultados de curto prazo.

Dentre as reformas, a criação do Fundo de Estabilização do Petróleo que visava diminuir o impacto da flutuação do preço do petróleo nos gastos do governo, ou seja, reduzia a dependência das finanças públicas em relação aos rendimentos provenientes do petróleo, diminuindo, desta forma, o impacto de circunstâncias adversas externas na economia iraniana, em especial em tempos de “choques do petróleo”. Outra reforma importante foi deixar transparente as taxas de câmbio nas quais estavam embutidas

indiretamente subsídios a diversos produtos, desde commodities (como arroz, petróleo, açúcar, leite e queijo) até importação de equipamentos médicos. Em 2002, a taxa de câmbio foi unificada.

A reforma na estrutura tributária racionalizou os tributos existentes e transformou as barreiras não-tarifárias com o mercado internacional em impostos entre 2000-04. A maioria das restrições a exportação foram eliminadas e um novo marco legal para promoção do Investimento Direto Estrangeiro foi aprovado em 2002, após um longo período de briga judicial e política. A reforma financeira encorajou às poupanças e muitos bancos privados tiveram permissão para operar. A reforma fiscal reduziu a tributação para pessoas físicas e empresas, sendo que para estas a redução foi de 68% para 25%). (HAKIMIAN, 2008)

O Terceiro Plano reconhecia a necessidade de reformas estruturais em diversas áreas da economia e setores produtivos, ao mesmo tempo que paralelamente colocava a restauração da estabilidade macroeconômica e a retomada do crescimento como primordial. Neste sentido, a volta do preço internacional do petróleo em 1999-2000 favoreceu a implementação e os resultados do Plano. O crescimento de 5,8% durante o Terceiro Plano é quase o dobro do anterior (2,8%). Sobre a inflação, percebe-se uma queda significativa de 27,2% no Segundo Plano para 14,1% no Terceiro (Hakimian, 2014, p. 62). O mais interessante é que a estabilidade econômica veio acompanhado a um aumento da demanda agregada - verificado pelo aumento do consumo privado - e um aumento dos investimentos fixos em porcentagem do PIB.

As sanções econômicas internacionais impostas ao país foram contornadas internamente com reformas estruturais e externamente com mecanismos bem pensados de diversificação dos parceiros comerciais, facilitados – dentre outras coisas – pela emergência de países como Índia e China. Apesar do grande sucesso em diversos setores da economia, das reformas que estimulam o crescimento sustentável e da volta do crescimento com diminuição da inflação, o investimento estrangeiro continuava baixo e o nível de desemprego havia reduzido de forma insuficiente em 2004.

Em 2005, a mudança de visão política com a eleição de Ahmadinejad viria carregada de uma política ambígua que envolve a justiça social mas se distancia das reformas estruturais e produtivas. Suas iniciativas de distribuição de renda não causou a diminuição da pobreza, não deu continuidade ao aquecimento do mercado interno e

tampouco impulsionou a indústria nacional. A partir de 2006, sob o pretexto de limitar o programa nuclear iraniano, os EUA conseguiram garantir a aprovação na ONU de quatro rodadas de sanções (2006, 2007, 2008 e 2010) e o próprio EUA e a Europa impuseram suas restrições unilateralmente a diversos setores econômicos do Irã, tais como investimento em energia, garantias financeiras nas transações comerciais, transporte de mercadorias, serviços financeiros em geral, etc. Ainda que o Irã tenha conseguido parcialmente se esquivar das consequências diversificando seus parceiros (com países como Rússia, China e Turquia), estas últimas sanções e restrições tiveram notável impacto nas transações financeiras e na reposição de alguns produtos intermediários (importados) na cadeia de produção iraniana.

No final de 2011 e 2012, para minar as transações financeiras internacionais iranianas, os EUA convenceram a União Européia em adotar outro severo capítulo de sanção financeira, na qual a EU ordenou o sistema de base belgo SWIFT interromper seus serviços com os bancos iranianos. O comércio internacional atual é altamente dependente de um sistema de instituições financeiras globais que facilitam o fluxo de pagamentos entre as partes. Esta medida causou extrema lentidão nas transações de empresas iranianas e instituições governamentais. Isso levou o Irã a adotar alternativas como assumir moedas alternativas ao dólar nas transações, aceitando recebimento em conta corrente ou em moeda nacional dos países como China, Turquia e Índia. Isso dificultava as transações e impunha um custo de transação muito alto para converter estas reservas em dólares ou euros para gastar internacionalmente, tornando tais alternativas muito custosas para a economia iraniana.

Os iranianos tentaram diversas artimanhas e inovações, como por exemplo receber ouro da Turquia de forma indireta, ou seja, vendia-se petróleo à moeda local e então a Turquia transferia seu ouro como “exportação” aos Emirados Árabes Unidos, o qual “reexportava” ao Irã. Esta estratégia levou a um alto nível de exportação de ouro pela Turquia e chamou a atenção dos EUA, os quais intensificaram seus esforços para banir os esquemas de pagamentos indiretos e no final de 2012 aprovaram, o congresso estadunidense, uma lei que proibia a exportação de ouro para o Irã. Somado ao bloqueio financeiro, a União Europeia anunciou sanções ao petróleo iraniano em meados de 2012. A economia iraniana começa a sentir o peso de tais medidas e os investidores estrangeiros se

preocupavam cada vez mais com a capacidade de pagamento (transferências) do Irã e investidores nacionais viam suas alternativas de exportação ameaçadas, em um clima interno de crescente inflação e uma alta depreciação do rial iraniano, o qual chegou a 100% na segunda metade de 2012.

Ainda em 2012, a União Europeia e os EUA pressionaram às companhias internacionais de seguro a não assegurarem os carregamentos e fretes do petróleo iraniano. Os clientes asiáticos, que continuaram a importar do Irã após tantas rodadas de sanções, agora se viram preocupadas. O governo iraniano tentou minimizar o prejuízo, até que em 2012 admitiu que a exportação de petróleo reduziu 40% em comparação a 2011. (Gladstone, 2013 apud HABIBI, 2014).

Em contrapartida, as perdas que se fizeram sentir na economia iraniana em decorrência das sanções também colocaram pressão na economia europeia, a qual não mais se beneficiava dos produtos iranianos e não mais tinham um mercado consumidor de 80 milhões de habitantes como potencial destino de suas mercadorias. Este fator somado a fatores de cunho menos econômicos e mais de força geopolítica – no que diz respeito aos conflitos no Oriente Médio que envolvem diretamente ou indiretamente EUA e Irã – podem explicar um acordo firmado entre o Irã governado pelo “tecnocrata” e pragmático Rouhani, presidente que assume em 2015, e as seis potências mundiais, EUA, França, Inglaterra, China, Rússia e Alemanha. O acordo recém assinado pode abrir a porta para as estratégias iranianas no comércio internacional e propiciar maior estabilidade a sua economia, no entanto, qualquer previsão neste momento prematuro terá uma grande margem de erro.

2. Considerações Finais

O presente trabalho nos permitiu visualizar que as dificuldades macroeconômicas sofridas no Irã está intimamente ligada às restrições externas, em especial as que surgiram desde 1979. Uma guerra na primeira década pós-revolução e uma sequência de sanções são exemplos claros das pressões econômicas em consequência a dificuldades vindas de fora do país. Esta “guerra” das potências mundiais contra a economia iraniana se torna facilmente entendível após uma leitura histórica das condições do desenvolvimento econômico, já que em todo o período de praticamente um século antes da Revolução de 1979 – a qual

propunha independência econômica nacional –, as potências globais tiveram em suas mãos o controle da economia iraniana – os EUA a partir do golpe de 1953.

Para inferir sobre o potencial econômico e a trajetória de desenvolvimento do Irã é necessário investigar as estruturas produtivas, o desenvolvimento tecnológico e científico, as mudanças industriais, o progresso educacional e cultural. O presente trabalho não trás dados que possibilitem esta análise, mas a trajetória de desenvolvimento econômico emergente do Irã parece evidenciar progressos em setores de alto grau de complexidade tecnológica, como a nuclear e a nanotecnologia. Por certo que a forma com que se dará a inserção internacional do Irã, no sistema centro-periferia, após o recente acordo firmado está diretamente relacionada com o nível da estrutura produtiva, nível de tecnologia contido nos produtos iranianos, o desenvolvimento de suas indústrias de bens de capital, manufaturas, etc. A investigação sobre o desenvolvimento das forças produtivas da economia iraniana - para além dos produtos primários como o petróleo - , ou seja, desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, está na pauta seguinte de nossa investigação, a qual permitiria completar o presente trabalho e inferir sobre a capacidade e potencial de inserção da economia iraniana no mundo.

Referências

ALIZADEH, Parvin. **The political economy of petro populism and reform, 1997–2011**. In: ALIZADEH, Parvin; HAKIMIAN, Hassan. *Iran and the Global Economy: Petro populism, Islam and economic sanctions*. New York: Routledge, 2014.

ASSADR, Mohammad Baqer. **A Nossa Filosofia**. São Paulo: Centro Islâmico no Brasil, 2012.

ASSADR, Mohammad Baqer. **A Nossa Economia**. São Paulo: Centro Islâmico no Brasil, 2013.

BOFF, Clodovis. *Teologia e prática: teologia do político e suas mediações*. Petrópolis: Vozes, 1978.

COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução iraniana**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

HABIBI, Nader. **The Iranian economy in the shadow of sanctions**. In: ALIZADEH, Parvin; HAKIMIAN, Hassan. *Iran and the Global Economy: Petro populism, Islam and economic sanctions*. New York: Routledge, 2014.

HAKIMIAN, Hassan. **The Impact of the 1970s' Oil Boom on Iranian Agriculture**. *The Journal of Peasant Studies*. UK: Routledge, 2008.

HAKIMIAN, Hassan. **Institutional change, policy challenges and macroeconomic performance, 1979–2004**. In: ALIZADH, Parvin; HAKIMIAN, Hassan. *Iran and the Global Economy: Petro populism, Islam and economic sanctions*. New York: Routledge, 2014.

MALONEY, Suzanne. **The Revolucionary Economy**. Institute of Peace. United States, 2015.

MOADDEL, Mansoor. **Shi'i Political Discourse and Class Mobilization in the Tobacco Movement of 1890-1892**. *Sociological Forum*, Vol. 7, No. 3, pp. 447-468. Springer: 1992.

MOHADDES, Kamiar; PESARAN, M. Hashem. **One hundred years of oil income and the Iranian Economy: A curse or a blessing?** In: ALIZADH, Parvin; HAKIMIAN, Hassan. *Iran and the Global Economy: Petro populism, Islam and economic sanctions*. New York: Routledge, 2014.

Okazaki, Shoko. **The Great Persian Famine of 1870-71**. *Bulletin of the School of Oriental and African Studies, University of London* 49, no. 1 (1986): 183-92. <http://www.jstor.org/stable/617680>. acessado em 28/12/2015

PESARAN, Evaleila. **Iran's Struggle for Economic Independence: Reform and counter-reform in the post-revolutionary era**. Oxon: Routledge, 2011.

STUDIES, The Library of Congress Country. **The Economy**. Dezembro 1987.

TV, Al Manar. **Imam Ruhollah Khomeini**. Qom – Iran: Fundación Cultural Oriente, 2007. 2 vídeo-disco (450 min). DivX,; son, color.